



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
abertura do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção**

**Blue Tree Park, 07 de junho de 2005**

Excelentíssimo Senhor José Alencar, vice-presidente da República e  
ministro da Defesa,

Senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Meu caro Antônio Maria Costa, subsecretário das Nações Unidas,

Senhores chefes de delegações estrangeiras, participantes do IV Fórum  
Global de Combate à Corrupção,

Meu caro Waldir Pires, ministro do Controle e da Transparência,

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça,

Meu caro Cláudio Fonteles, procurador-geral da República,

Meu caro Eros Grau, ministro do Supremo Tribunal Federal,

Meus companheiros ministros, aqui presentes,

Caros deputados federais, senadores, governadores,

Meus caros agraciados do Concurso de Monografias e Redações sobre  
Corrupção,

Senhoras e Senhores,

É preciso tomar cuidado para não brigar aqui com o espaço para colocar  
os papéis.

Antes, na homenagem que eu fiz aos nossos queridos embaixadores,  
aqui presentes, eu queria citar um para pedir desculpas, porque nós somos  
muito amigos do povo argentino, mas amanhã, certamente, iremos ganhar o  
jogo contra a Argentina, e eu espero que seja uma vitória tranqüila e pacífica.  
Mas se perdermos, saberemos reconhecer o mérito do adversário.

Meus caros comandantes das Forças Armadas, meus amigos e minhas



amigas,

Um dos maiores desafios que enfrentam as democracias contemporâneas é o de dar plena transparência à gestão do Estado na definição e na fiscalização dos investimentos e dos gastos públicos.

Para que esse desafio seja devidamente enfrentado, são necessários dois requisitos: a ação articulada e equilibrada dos Poderes da República e uma maior participação da sociedade civil no trato da coisa pública.

Essas questões são preocupantes, na medida em que a globalização econômica foi acompanhada, em muitas partes do mundo, de um enfraquecimento dos Estados nacionais e de suas formas democráticas de controle social.

Com isso, aumentaram consideravelmente os riscos de apropriação privada da coisa pública e da proliferação da corrupção.

Enfrentar essas situações exige, de cada país, muito esforço, criatividade e determinação política nas questões internas, mas requer também que nos unamos para planejar e realizar ações abrangentes e integradas internacionalmente.

É com esse espírito que apoiamos, com entusiasmo, o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, confiantes na qualidade das experiências que aqui serão debatidas e mais confiantes, ainda, nos seus resultados que, certamente, vão fortalecer e tornar, cada vez mais eficazes, as medidas de combate à corrupção em todo o mundo.

É com esse mesmo espírito que o Brasil decidiu ratificar a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, aprovada na Reunião de Mérida, no México, em 2003.

O tema, muito bem escolhido do Fórum “Das palavras à ação”, é um convite para que nos concentremos nas realizações concretas que têm marcado o empenho dos nossos países na luta contra a corrupção.

Ao longo de nossa história, foram muitos os que dedicaram suas vidas à



luta contra a corrupção, elemento essencial para a consolidação da democracia.

Depois de duas décadas de regime autoritário, durante as quais não se pôde falar publicamente em corrupção, o Estado e a sociedade civil vêm amadurecendo politicamente, aperfeiçoando suas instituições democráticas.

Privatizações inadequadas, sucateamento da máquina governamental e terceirização da gestão estatal corroeram, no entanto, um patrimônio público construído por gerações, expondo mais o país aos riscos da corrupção. Era necessário seguir um outro caminho.

Um Estado pouco permeável à cidadania é, com certeza, um Estado débil, vulnerável aos que se apropriam do dinheiro e dos bens públicos, ou são omissos e tolerantes com eles.

Se a corrupção causa danos aos países desenvolvidos, que têm recursos fartos para investir em programas sociais, no caso dos países pobres e em desenvolvimento as consequências são muito mais graves.

Ao assumir o governo, em 2003, sabíamos que a luta seria dura e exigiria muita firmeza e persistência. Desde o primeiro dia dedicamos todo o nosso esforço ao combate, sem trégua, a essa triste herança secular. Decidimos, assim, aperfeiçoar os mecanismos institucionais já existentes e criar novos, para defender ao máximo os bens e os recursos públicos.

Tem sido intensa a participação da sociedade civil em nosso governo. Realizamos conferências nacionais para definir as principais políticas públicas do país. O Plano Plurianual de Investimentos foi discutido em mais de dois mil encontros por todo o território nacional. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social debate, constantemente, as grandes opções da administração.

Nosso governo passou a planejar e a agir de modo integrado, na luta contra a corrupção. Mudamos a qualidade da Controladoria-Geral da União, dando-lhe o status de ministério e novos instrumentos de atuação.



Fortalecemos o Ministério da Justiça e determinamos o reaparelhamento da Polícia Federal, capacitando-a a agir de modo muito mais intenso e eficaz. Foram contratados, por concurso, 3 mil servidores, entre delegados, agentes, escrivões e técnicos.

Em dois anos e quatro meses, a nova Controladoria-Geral da União já realizou 7.500 auditorias em órgãos federais, encaminhando ao Tribunal de Contas da União cerca de 3 mil processos de tomadas de contas especiais, com retorno potencial de 850 milhões de reais aos cofres do Estado. Estão em curso, por exemplo, 70 apurações de casos de servidores públicos que apresentaram sinais exteriores de riqueza incompatíveis com a renda declarada. Por meio de concurso público, acrescentamos 450 novos auditores aos 1.800 existentes, e continuaremos nesse caminho até a inteira recomposição de todos os cargos que a Controladoria-Geral da República necessita, para bem fiscalizar o país.

Todos os recursos federais repassados a estados e municípios estão sendo fiscalizados, o que significa mais de 90 bilhões de reais por ano. Atualmente, são cobertos 60 municípios por mês e, no total, já foram inspecionadas 741 cidades brasileiras.

Esse trabalho tem, também, um forte caráter preventivo e educativo. Várias das irregularidades detectadas não decorrem da má-fé, mas da falta de preparo dos responsáveis, que passam a receber treinamento para melhor cumprirem suas funções. Quando há indícios de culpa, damos publicidade aos resultados das fiscalizações e enviamos ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União para as ações penais e civis correspondentes. São também encaminhadas ao Tribunal de Contas da União e aos Ministérios ordenadores das despesas, à Polícia Federal e ao Congresso Nacional.

Outra realização importante foi a criação do Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, com metade dos seus membros indicados por entidade da sociedade civil. A CGU criou ainda o Portal da Transparência,



iniciativa inédita no Brasil, que divulga pela internet, em linguagem acessível, os gastos e investimentos federais em todo o território nacional.

O Ministério da Justiça, além de monitorar a ação da Polícia Federal, lançou o programa piloto Transparência que está disponível para qualquer cidadão ou cidadã desde dezembro de 2004. Esse programa divulga todos os gastos, licitações, contratos, convênios, despesas com viagens, entre outras, possibilitando que sejam conhecidos e fiscalizados publicamente. Com o sucesso e aperfeiçoamento da experiência, todos os Ministérios passarão a adotá-lo.

Por determinação minha e do Ministério da Justiça, a Polícia Federal, de agosto de 2003 a maio de 2005, realizou 46 operações dirigidas especificamente ao combate à corrupção. O saldo dessas ações é simplesmente impressionante e inédito no país: foram efetivadas 1.234 prisões, sendo formalmente acusadas 819 pessoas. A lista dos detidos incluiu políticos, sem distinção partidária, empresários, juízes, servidores públicos, muitos deles indiciados em crimes que vão do superfaturamento na compra de derivados de sangue, a chamada “máfia dos vampiros”, que atuava há mais de 12 anos no Ministério da Saúde, com adulteração do leite em pó e desvios de recursos da merenda escolar. Em apenas 12 dessas operações foram apuradas fraudes no valor de muitos bilhões de reais.

A Operação Curupira, realizada na semana passada, a pedido da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, teve por objetivo combater o desmatamento e a exploração ilegal da Floresta na Amazônia, redundou em 124 prisões preventivas. Para isso, foi preciso desmontar todo um esquema de fraude e corrupção, instalado no Ibama do Mato Grosso, desde o início da década de 90.

Além de tudo isso, o Ministério da Justiça criou, em 2003, o Departamento de Recuperação de Ativos Ilícitos e Cooperação Jurídica Internacional, que no âmbito da Encla está voltado para a repressão e lavagem de dinheiro. Em



pouco mais de um ano de atuação, esse Departamento já conseguiu rastrear e bloquear mais de 300 milhões de dólares.

Meus senhores e minhas senhoras,

Nosso governo está firmemente empenhado no combate e no mau uso dos recursos públicos e ao crime organizado. Transformamos a luta contra a corrupção numa atividade permanente ampla e que vai se intensificar cada vez mais. Mas para pôr fim à corrupção é preciso que a impunidade não proteja os corruptos, é importante que eles se sintam constantemente ameaçados e sintam que o governo e a sociedade estão vigilantes, que estamos tomando as medidas preventivas, fechando o cerco, apurando toda e qualquer denúncia, envolva quem envolver.

A população, no nosso governo, tem tomado conhecimento, pelos meios de comunicação, de muitas notícias de corrupção. Esse trabalho da imprensa é meritório e indispensável. A grande maioria são casos antigos que não foram combatidos. Agora estão sendo descobertos, investigados e punidos.

O que tem aumentado, no Brasil, não é a corrupção, mas o constante combate que o governo faz à corrupção.

Em um governo com democracia, com imprensa livre e com o Ministério Público funcionando corretamente, com liberdade, sem intromissão do Poder Executivo, com o Ministério da Justiça funcionando corretamente, com a Controladoria funcionando corretamente e com a sociedade civil vigilante, certamente nós iremos vencer páginas e mais páginas de denúncias de corrupção, até que um dia nós vamos acordar e descobriremos que os corruptos estão na cadeia porque acabou a impunidade. Essa é a solução para os países em desenvolvimento.

Vamos prosseguir nesse caminho, fazendo com rigor e constância, junto com a sociedade, a parte que nos cabe, com plena consciência de que a luta é difícil e requer outras reformas no Estado, na política, e mudanças de comportamento, de valores e de cultura.



Há duas semanas, por exemplo, determinamos que, a partir de 1º de julho, todas as compras de bens e serviços comuns da Administração Pública Federal sejam feitas pelo pregão eletrônico. Isso vai trazer mais rapidez, maior agilidade e uma transparência muito maior que os demais tipos de concorrência.

Meus amigos e minhas amigas, sei que vocês passarão alguns dias no Brasil, debatendo esse assunto que é um mal, é uma chaga no mundo inteiro, mas que penaliza mais os países mais pobres do mundo.

Eu não poderia concluir minhas palavras sem mencionar fatos que já foram mencionados pelo representante do nosso querido Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que tem sido objeto de atenção pública nas duas últimas semanas, particularmente nos últimos dias.

Refiro-me à denúncia sobre corrupção que estaria afetando os poderes Executivo e Legislativo. Independentemente do uso político-eleitoral que alguns estejam fazendo dessas denúncias, quero deixar claro que no meu governo, que o meu governo levará as investigações até as últimas consequências.

Por isso, jurei à Constituição do Brasil, por isso, sou o principal guardião das instituições deste país. Estou plenamente confiante de minhas atribuições como primeiro mandatário e, como disse no meu discurso, como funcionário público número um do país.

Tenho, sobre meus ombros, responsabilidades que vão mais além da preservação das instituições. Sou o responsável maior pelos rumos de nossa economia e não esqueci, em momento algum, dos compromissos que assumi com mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras que me trouxeram à Presidência da República e, também, com todo o povo brasileiro.

Estamos conduzindo um grande projeto de transformação social que assegurará um longo ciclo de desenvolvimento sustentável, ampliando nossas fronteiras sociais, aprofundando a democracia e garantindo um novo lugar para o Brasil no mundo. Tenho, ademais, uma biografia a preservar, um patrimônio



moral, uma história de décadas em defesa da ética na política. Por isso, não iremos acobertar ninguém, seja quem seja que esteja envolvido.

No dia de hoje, determinei aos ministros uma solução definitiva para os problemas envolvendo os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil, resultando no afastamento dos diretores de ambas as instituições, sem prejuízo da continuidade das investigações. Digo que cortaremos na própria carne, se necessário. Sem prejudicar ninguém, e respeitando o direito a defender-se, que todo cidadão ou cidadã possui, não vamos vacilar um segundo na defesa do interesse da coisa pública.

O que está em jogo não são alguns parlamentares, funcionários, ministros. O que está em jogo é a respeitabilidade de nossas instituições, das quais sou o principal guardião, neste país.

Não faltarei às minhas responsabilidades, estejam certos. O Governo está investigando. Não se opõe, ao contrário, estimulará, que o Poder Legislativo desenvolva suas investigações com o equilíbrio que sabemos possuir o Congresso Nacional. Esse Congresso, que não pode estar sujeito à compra. E, quero repetir, esse Congresso – e estou vendo muitos parlamentares aqui – esse Congresso que não pode, de forma nenhuma, estar sujeito à compra. O momento exige, de todos nós, a máxima transparência.

Meus amigos e minhas amigas,

Os obstáculos, por maiores que possam parecer, sempre oferecem alternativas, soluções. Estou seguro que nosso país sairá mais fortalecido dessa conjuntura. Este não é o momento de anunciar um conjunto de medidas administrativas. Não serão panacéias que nos ajudarão a enfrentar problemas que se arrastam por décadas, quando não por séculos.

É evidente que nossas instituições têm que ser reforçadas. É evidente que uma reforma política se faz imprescindível e urgente. É evidente que ela não poderá ser obra de uma só vontade, mas o resultado de uma conjunção de





vontades republicanas. É evidente que todos terão que abrir mão de algumas de suas posições, para que o Brasil seja o ganhador.

Serão todos os poderes da República, seus partidos, as expressões da sociedade civil que, juntos, se debruçarão sobre um projeto de reforma institucional que assegurará mais transparência à nossa política e que fará da corrupção uma triste lembrança de um passado que não voltará.

Na recuperação da máquina pública estamos adotando medidas que terão efeito duradouro. De forma que, meu sucessor, e o sucessor de meu sucessor, encontre bases sólidas para sua ação político-administrativa.

Mas não esperem de mim nenhuma medida simplesmente populista, somente porque estamos um ano e meio antes das eleições. Não quero construir um Brasil apenas para um ano. O Brasil que estamos construindo é um legado que eu, que vocês e que o povo brasileiro certamente deixaremos para as próximas gerações.

Meus amigos e minhas amigas, eu tenho viajado o meu país nesses últimos anos. Tenho viajado o mundo e, em todos os lugares que vou, a questão da corrupção é quase que uma doença incurável, parece incurável às vezes, uma doença que parece que ataca os mais pobres, porque a corrupção não prejudica os mais ricos. Ela prejudica sempre aqueles que mais precisam que o Estado possa lhes beneficiar com políticas públicas.

Durante muito tempo, e eu lembro da primeira vez que fui à Davos, muita gente costuma culpar os países ricos pela sua pobreza, muita gente costuma encontrar o culpado em outrem, no seu vizinho. Desde o tempo de dirigente sindical, eu dizia que, enquanto os países em desenvolvimento não resolverem o problema da corrupção, enquanto os países pobres não resolverem o problema da corrupção, nós não iremos nos transformar em um país definitivamente desenvolvido. E o nosso povo não atingirá a plenitude da cidadania que nós precisamos que ele conquiste.

Portanto, o combate à corrupção tem que ser, primeiro, determinante do



comportamento ético de todos os que estão na máquina pública, de funcionários ao Presidente da República. Segundo, tem que ter uma vigilância sistematizada e cotidiana da sociedade civil e da imprensa. Terceiro, o Poder Judiciário tem que ser um parceiro excepcional para dar guarida ao trabalho do Estado e das suas instituições, para que os culpados sejam, definitivamente, presos. Quarto, eu sei, Cláudio Fonteles, que às vezes incomoda a atuação do Ministério Público, mas eu quero te dizer uma coisa: quando eu te indiquei para ser Procurador-Geral da República, eu disse que você estava sendo indicado, não pela nossa relação de amizade que até então eu só o conhecia de nome, e que não estava fazendo nenhum favor, apenas estava reconhecendo o mérito de você se transformar no Procurador-Geral da República.

E hoje eu posso, quase perto do final do teu mandato, dizer que feliz o país que tem um Ministério Público como o Ministério Público brasileiro, que muitas vezes faz o papel da imprensa, faz o papel da polícia, e muitas vezes faz até mais do que deveria fazer, mas que é extremamente importante para o nosso país.

Quero dizer ao companheiro Márcio Thomaz Bastos, e não falo para elogiá-lo, porque a sua biografia antecede a sua participação no Ministério da Justiça, eu não conheço nenhum momento na história do Brasil, independentemente de quem seja o governo, um momento em que o Ministério da Justiça teve uma atuação tão forte, através do seu braço mais eficaz, que é a Polícia Federal, para investigar denúncia de corrupção neste país, na Amazônia e em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no estado do Amapá. Onde teve uma denúncia, a Polícia Federal, sem querer fazer pirotecnia, conseguiu fazer um trabalho de causar inveja a muita polícia de países desenvolvidos no mundo inteiro.

E quero dizer ao meu companheiro Waldir Pires, esse nosso velho, sempre novo, querido guerreiro das boas causas: todo mundo sabe a mudança que houve na Controladoria-Geral da República; e todo mundo sabe que a



determinação do nosso companheiro Waldir Pires, a credibilidade que ele tem, junto à sociedade, os passos que ele tem dado, sem querer transformar a investigação num show para a imprensa ou para, quem sabe, a sua própria pessoa. Porque, como eu disse no meu discurso, muitas vezes detectamos falhas numa prefeitura e, antes de denunciarmos, se descobrimos que a falha não é corrupção, mas apenas falta de informação, nós preferimos corrigir aquela administração, para que ela possa fazer, a partir dali, as coisas boas.

Eu estou convencido, Waldir, que o Brasil será agradecido – e, muitas vezes, os agradecimentos não vêm no momento em que a gente espera, vêm depois – mas o Brasil será agradecido. A lição de democracia que você deu, quando instituiu um sorteio em que as bolinhas não têm nome de partido, não têm perfil ideológico, as bolinhas são números que sorteiam cidades. E, independentemente de que partido seja, de esquerda, de direita, do centro, partido do governo ou de oposição, a bolinha que cair será investigada, sem o objetivo de caluniar ninguém, mas com o objetivo, apenas, de transformar a administração pública brasileira num exemplo que vai ficar para os nossos filhos, para os nossos netos e para futuras gerações.

E quero fazer esse agradecimento, Waldir, porque também não sei se existe no mundo essas coisas. Sabe o ministro Waldir Pires que o meu partido foi o introdutor, neste país, de uma coisa chamada “orçamento participativo”. Quando, a partir de 82, introduzimos, no Brasil, e ficou muito marcado a partir de Porto Alegre, o povo elaborar o orçamento, definir prioridades e fiscalizar as obras que estavam sendo construídas. A ONU pegou isso como exemplo, traduziu em vários idiomas e foi divulgado por muitos países do mundo.

Estamos perto de acabar a corrupção? Certamente que não, porque ela é uma coisa crônica, ela está incrustada, muitas vezes, na alma; ela está incrustada, muitas vezes, na consciência do corrupto; ela está incrustada, muitas vezes, na impunidade que os corruptos sempre tiveram, na história



deste país. São raros os casos, muitas denúncias, muitas manchetes, muitos discursos, e o resultado é pouco.

No Brasil, nós fomos mais longe. Este país já fez um impeachment de um Presidente da República, há pouco tempo atrás. Neste país, juiz já foi preso. Neste país, delegado de polícia também é preso. Será que os presos são todos que nós queríamos? Não. Certamente, ainda falta muita gente.

E a solução para combater a corrupção significa mais democracia, significa mais transparência, significa mais vontade política e significa a determinação que, certamente, não apenas os meus ministros estão colocando em prática, mas o comportamento de cada ministro deste governo.

Quero terminar dizendo aos congressistas que estão aqui: podem estar certos de que se tiver uma contribuição que o Brasil pode dar ao mundo, além das coisas boas, o futebol e do samba, que nós fazemos muito bem, podem ficar certos que nós queremos ser para o mundo também exemplo de combate à corrupção e de fim da impunidade num país em desenvolvimento como o nosso querido Brasil.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.